

07 a 13/03/2016 O Metalurgico

Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região www.sindimetal.org.br

DIA INTERNACIONAL DA MULHER



Mulheres trabalham mais que os homens

maioria na população e tável. maioria no mundo do trado menos e trabalhando mais. Nos últimos 10 anos, a jornada feminina aumentou em uma hora.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feita entre os anos de 2004 e 2014 com 150 mil famílias, a dupla jornada feminina aumentou uma hora, portanto elas traba-Iham cinco horas a mais do que os homens.

A estatística também mostra que, enquanto a jornada de trabalho masculina fora de casa caiu de 44 horas para 41

quisa do IBGE semana, a carga horária comprova que a dedicada ao trabalho domulher, apesar de ser méstico se manteve es-

> jornada de trabalho fora de casa de 35 horas e meia, mas ainda continua ganhando 24% a menos que os homens e acumulando tarefas domésticas.

A dupla jornada é realidade da grande parte da população feminina no país. A mulher, na maioria dos lares, ainda é responsável pelas tarefas domésticas, pelos cuidados familiares.

Segundo a OIT, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho vem ocorrendo de forma expressiva mesmo que

mais recente pes- horas e 36 minutos por a responsabilidade por essa mudança seja exclusivamente ou principalmente, das mulheres.

Existe uma recomen-Nesse mesmo perío- dação da OIT sobre a balho, continua ganhan- do de 10 anos, a mulher igualdade de oportunimanteve uma média de dades e de tratamento para trabalhadores com responsabilidades familiares que é a Convenção 156. O Brasil está entre os poucos países da América Latina que não ratificou a recomendação internacional.

> O Coletivo de Mulheres do Sindicato do Metalúrgicos de BH/Contagem continua lutando pela ratificação da Convenção 156, pois acredita que é uma importante ferramenta para a conquista de igualdade de oportunidades e permanência no mercado de trabalho para as mulheres.

RATIFICAÇÃO DA **CONVENÇÃO 156**

As dificuldades enfrentadas por trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares são situações que devem ser levadas em conta nas políticas nacionais. A ratificação da Convenção 156 terá um impacto positivo nas condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

A ratificação da Convenção significa que o Estado brasileiro se comprometerá formalmente em colocar as ações por ela previstas em prática isto é, implementar políticas públicas para que as pessoas que necessitam de cuidados de outras não figuem sob única e total responsabilidade das famílias, e em particular das mulheres.

A ratificação da convenção 156 da OIT deverá, também, gerar novas normas para as relações de trabalho.

O setor empresarial deve assumir compromissos com propostas e ações que visem garantir que trabalhadores e trabalhadoras não sejam discriminados no acesso e permanência no mercado de trabalho pelo fato de terem responsabilidades familiares.

As disposições da Convenção 156 podem ser aplicadas por via legislativa, convenções coletivas, regulamentos de empresas, laudos arbitrais, sentenças judiciais, pela combinação destas medidas ou qualquer outra forma apropriada a cada país.

É fundamental lutar para que as pessoas com responsabilidades familiares possam ter emprego ou ocupação sem que sejam objeto de discriminação e conflito.

Encontro das Mulheres Metalúrgicas

Dia 09 de abril será realizado o 4º Encontro de Mulheres Metalúrgica de BH/Contagem e Região. O evento faz parte da programação do Dia Internacional da Mulher.

EDITORIAL

As mulheres no mercado de trabalho

pós os anos noventa no Brasil, um fenôme-Ano tomou conta do mercado de trabalho no país: a mulher ingressou no mercado de traba-Iho. É claro que este fato, trouxe diversas conseqüências para a sociedade brasileira e devemos destacar duas características importantes sobre isso. Uma delas é sobre a taxa de fecundidade em nosso país que diminuiu e outra é que a mulher passou a sofrer também discriminação salarial em relação aos homens, mesmo trabalhando na mesma função.

De acordo com recente trabalho do IBGE, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, usando dados do Censo de 2010 comparados aos de 2000, a participação das mulheres com idade ativa (16 anos ou mais) no mercado de trabalho, cresceu de 50% (2000) para 55% (2010), enquanto a participação dos homens caiu de 80% para 76%. Essa diferença de participação entre homens e mulheres indica que há um contingente potencial de mulheres que pode ingressar no mercado de trabalho e continuar responsável pelo vigor futuro da formação da força de trabalho do País.

A formalidade cresceu no mercado de trabalho brasileiro. Para as mulheres, o nível de formalização passou de 51% para 58% e a dos homens de 50% para 59%. O registro em carteira de trabalho cresceu de 37% para 47% da força de trabalho masculina e para a feminina, foi 33% a 40%. É recorrente ainda observar salários menores para mulheres que ocupam funções idênticas a dos homens. Em 2010, o rendimento médio era de R\$1.587,00 para eles e de R\$1.074,00 para elas, o que corresponde a 68% da remuneração masculina. As diferenças diminuem nas maiores cidades e na maioria das capitais brasileiras.

A remuneração média do Nordeste é 43% menor que a do Sudeste (R\$881,00 contra R\$1.575,00). O rendimento médio das negras ou pardas (R\$727,00) representa 35% do rendimento médio do homem branco (R\$ 2.086,00). O rendimento médio das mulheres rurais é de R\$480,00, inferior ao salário mínimo da época, de R\$510.00.

Nesse período analisado, dobrou o número de domicílios que tinham as mulheres como responsáveis. Em 2000, eram 11 milhões (24,9%), em 2010, eram 22 milhões, o que corresponde a 38,7% dos domicílios comandados por mulheres.

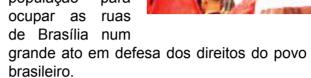
O emprego e a renda são dois componentes que criam condições para que as mulheres se libertem das incontáveis situações de opressão e humilhação que vivem na relação com os homens, o que lhes têm acarretado o ônus do cuidado dos filhos e, na maioria das vezes, dos idosos. O rendimento das mulheres tem crescente participação na renda familiar.

Por essa situação relacionada ao cuidado dos filhos e para promover a igualdade de condições de inserção da mulher no mercado de trabalho, é fundamental que as políticas públicas universalizem o direito de acesso às creches, à educação infantil, básica e média, todas em tempo integral. Podemos afirmar então que a conquista da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, depende principalmente da mobilização de todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa.

> Walter Fideles, Secretário de Comunicação do Sindicato

Manifestação em Brasília dia 31 de março

odos traba-Ihadores do país estão convocados para ir às ruas defender os direitos conquistados. As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que reúnem centenas de movimentos sociais e sindicais do país, convocam tods população para



As pautas principais do ato são: contra a reforma previdenciária, o ajuste fiscal e os cortes nos investimentos sociais, em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores. Além disso, as frentes pedem a saída de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados e se posicionam contra o impeachment de Dilma Rousseff (PT).



Companheiros, desde o ano passado o Congresso Nacional tem atentado contra nossos direitos. A maioria dos políticos estão testando a força dos trabalhadores brasileiros! A saída é a ampliação de direitos, o aprofundamento da democracia e as reformas populares

Agora é nossa hora, vamos todos à Brasília lutar pelo nosso país, pelos nossos direitos e pelo nosso projeto de um Brasil justo e solidário.

Repúdio a privatização do pré-sal

Senado Federal deu . a noite do dia 24/02, um dos golpes mais brutais na classe trabalhadora e no povo que mais necessita de investimentos públicos em Educação e Saúde. Os senadores aprovaram um projeto de José Serra (PSDB-SP), que privatiza o Pré-Sal. Isso significa que o Senado abriu mão da soberania nacional e de todos os investimentos gastos com a pesquisa na área de petróleo e gás nos últimos anos. A luta feita em todo o Brasil para que os recursos oriundos do Pré-Sal sejam investidos na melhoria da educação e da saúde dos brasileiros foi ignorada pelo Senado.

Para garantir a aprovação do Substitutivo ao PLS 131 apresentado pelo

senador Romero Jucá (PMDB/RR), o governo fez um acordo com a bancada do PSDB e parte da bancada do PMDB.

O projeto retira a obrigatoriedade de a Petrobrás de ser a operadora única do Pré-Sal e a participação mínima de 30% nos campos licitados, como garante o regime de partilha - Lei 12.351/2010.

Se for aprovado pela Câmara e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, a Petrobrás deixará de ser a operadora única do Pré-Sal e terá que provar ao Conselho Nacional de Política Energética, se tem condições ou não de manter a exploração mínima de 30% em cada campo que for licitado.

Essa aprovação é um golpe no projeto democrático-popular, voltado para a distribuição de renda, geração de emprego e investimentos em políticas públicas que melhorem a vida dos brasileiros.

Para a CUT e a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o governo renunciou a política de Estado no setor petróleo e permitiu um dos maiores ataques que a Petrobrás já sofreu em sua história.

Fazer acordo para aprovar o projeto é o sinal mais claro de que o governo se rendeu as chantagens e imposições do Parlamento e do mercado, rompendo a frágil relação que tinha com os movimentos sociais e sindical, criando um constrangimento para os senadores que mantiveram a posição em defesa do Brasil.

Fonte: CUT

Confira o nome dos Senadores que votaram SIM

Aécio Neves (PSDB-MG) Aloysio N.Ferreira (PSDB-SP) Alvaro Dias (PSDB-PR) Ana Amélia (PP-RS) Antonio Anastasia (PSDB-MG) Ataídes Oliveira (PSDB-TO) Blairo Maggi (PR-MT) Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) José Medeiros (PPS-MT) Ciro Nogueira (PP-PI) Dalírio Beber (PSDB-SC) Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Fernando Coelho (PSB-PE)

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) Garibaldi A. Filho (PSDB-PA) Gladson Cameli (PP-AC) Hélio José (PMB-DF) Ivo Cassol (PP-RO) José Agripino (DEM-RN) José Maranhão (PMDB-PB) José Serra (PSDB-SP) Lúcia Vânia (PSB-GO) Magno Malta (PR-ES) Marta Suplicy (PMDB-SP) Omar Aziz (PSD-AM)

Otto Alencar (PSD-BA) Paulo Bauer (PSDB-SC) Raimundo Lira (PMDB-PB) Ricardo Franco (DEM-SE) Roberto Rocha (PSB-MA) Romero Jucá (PMDB-RR) Ronaldo Caiado (DEM-GO) Sandra Braga (PMDB-AM) Tasso Jereissati (PSDB-CE) Valdir Raupp (PMDB-RO) Vicentinho Alves (PR-TO) Waldemir Moka (PMDB-MS) Wellington Fagundes (PR-MT) Fonte: FUP

CAMPANHA DE PLR 2016

É hora de intensificar a luta!









A importância da PLR

participação nos lucros não é novidade e outros assuntos. Aexiste há muito tempo em vários países. Além de ser um direito do trabalhador que ajuda a fortalecer o salário, também abre a possibilidade para se negociar mudanças que estão ocorrendo no processo produtivo, aumentando a intervenção dos trabalhadores na defesa de seus interesses.

Devemos procurar discutir na negociação a jornada e o ritmo de trabalho; a qualificação e requalificação profissional; a introdução de inovações organizacionais e tecnológicas; a qualidade de trabalho, entre tantos mundo!

A PLR reflete na comunidade onde esse trabalhador vive, pois essa renda extra que vai receber, certamente será gasta na farmácia, na padaria, no comércio e isso acaba ajudando aquecer a economia da região.

Já para a empresa, a PLR também é uma boa, pois o trabalhador, quando recebe uma PLR digna, trabalha com mais motivação e consequentemente produz com mais quali-

Portanto, PLR é bom para todo

campanha de PLR 2016 está a todo Avapor nas fábricas da categoria. Estamos intensificando nossa campanha e em várias empresas já foram formadas as comissões e a negociação está em pleno andamento.

A PLR está ligada ao lucro da empresa, mas para conquistá- la depende principalmente da disposição dos trabalhadores. Um acordo sobre a PLR é um instrumento que possibilita ao trabalhador (via sindicato/comissão), ter acesso privilegiado às informações dos lucros ou resultados e outros assuntos correlatos.

Nas fábricas onde a negociação já começou é preciso que a companheirada se una ao Sindicato para pressionar os patrões a pagarem uma PLR digna. Se na sua empresa ainda não foi aberto o processo de negociação, converse com o diretor do Sindicato na portaria da sua fábrica e prepare a mobilização.

Junte seus companheiros e vamos lutar por uma PLR 2016 justa e igual para todos!. A unidade é o caminho.

Figuem atentos as negociações e participem da campanha de PLR. Vamos lá companheirada! PLR digna, não se ganha, se conquista!



Geraldo Valgas, presidente do Sindicato

ompanheiros, a campanha de PLR Jiá começou! É importante que todos ajudem o Sindicato a pressionar os patrões para a abertura dos processos e elejam as comissões o mais rápido possível. A crise que o país atravessa já está chegando ao fim, pois estamos vendo a produção sendo retomada em algumas empresas, portanto vamos exigir o que é nosso por direito. Nas empresas onde há mobilização e unidade, a conquista da PLR é praticamente garantida.

Veja abaixo como andam as negociações nas empresas

Empresa que já fecharam acordo

Ferrolene

Magneti Marelli Iluminação Automotiva

Empresas que estão negociando

Magneti Marelli Belgo Bekaert **GE Disjuntores GE Healthcare ICG Proma** Suggar

Pedidos de negociação encaminhados

GE Transportation Everlight PIPE Orteng **MCT** Condor Stola Gerdau Engetron Magneti Marelli Suspensão Manserv

Atenção metalúrgicos

No fechamento da campanha salarial 2015 ficou acertado com a Fiemg e com a patronal dos setores de Serralheria e Reparação de Veículos, as seguintes datas para pagamento dos reajustes salariais e abono. Fiquem atentos!

FIEMG

Reajuste salarial

Foi acertado um aumento de 7% em outubro de 2015 e mais 2,9% em fevereiro de 2016, totalizando 9,9% de reajuste salarial. Portanto, figue de olho no pagamento do salário de fevereiro, que você deve receber no começo de março. Ele deve vir com o reajuste de mais 2,9% nos salários.

► Abono

Foi acertado um abono no valor de R\$ 450,00, para todos os trabalhadores das empresas que não possuem programa de PLR, a ser pago em parcela única junto com o salário de março (que o trabalhador recebe no começo de abril).

SERRALHERIA E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS

Reajuste Salarial

De 9,9% junto com o salário de janeiro de 2016, que foi pago no começo do mês de fevereiro.

▶ Abono

No valor de R\$700,00 a ser pago em duas parcelas. A 1a, de R\$350,00, junto com o salário de fevereiro de 2016 (que o trabalhador recebe no começo de março) e a 2ª, também de R\$350,00, com o salário de março (que o trabalhador recebe no começo de abril).

departamento médico do Sindicato, através do Vice-presidente Ceará, firmou uma nova parceria para seus sócios e dependentes. Atendendo a uma antiga demanda da categoria, marcação de exames de ultrassom, agora todos sócios e dependentes podem contar com um atendimento rápido, com equipamentos computadorizados trazendo conforto, praticidade e economia.

A clínica possui mais de 20 tipos de exames como ginecológicos, obstétricos, abdominais, urológicos, vasculares, duplex scan, dentre outros.

O atendimento poderá trassom. ser realizado por médicos ou médicas, devidamente capacitados e experientes, de acordo com a escolha do paciente.

Segundo a médica, com relação a rapidez na responsável técnica pela clínica. Giselle Oliveira Furtado, a realização dos exames feitos rapidamente, traz a possibilidade de diagnósticos precisos e precoces, atendendo assim aos anseios dos trabalhadores e seus familiares.

> Ela lembrou da vantagem para as mulheres, que agora poderão fazer todo o pré-natal no Sindicato, com consultas, exames obstétricos e ul-

O Sindicato fez uma pesquisa de preços e com essa nova parceria, conseguiu um desconto de até 60% nos procedimentos. A marcação poderá ser feita na própria recepção do departamento médico ou pelos telefones 3369.0515 ou 3369 0517.



Ceará, vice-presidente do Sindicato



Clínica médica de ultrassonografia na sede do Sindicato

M&M Instalações em estado de greve

dos funcionários e não está fazendo o recolhimento do FGTS e INSS. Devido a esses atrasos, os trabalhadores unidos e lutar por nossos direitos.

da empresa solicitaram a intervenção do Sindicato para a solução do problema.

A gota d'água foi a falta de pagamento do último adiantamento, que deveria ser repassado no último dia 26 de fevereiro. Em assembleia com o Sindicato. realizada no dia 01 de março, na portaria da empresa, os trabalhadores decidiram pelo Estado de Greve e

■á alguns meses, a M&M Instala- estão aguardando os resultados da ções vem atrasando os salários reunião no Ministério do Trabalho, que acontece hoje, (07).

Companheiros, vamos nos manter



Assembleia com os trabalhadores da M&M

Gerdau sofre derrotas dos trabalhadores e da Justiça

Na última semana, a Gerdau foi multada pelo Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte em R\$ 30 milhões por registro irregular da jornada de trabalho e em Sapucaia do Sul (RS), foi derrotada pelos metalúrgicos em sua manobra de tentar impor o pagamento de abono em vez de reajuste salarial estabelecido na convenção coletiva.

No Rio Grande do Norte, o procedimento investigatório instaurado pelo MPT teve início após ciência de sentença da Justiça do Trabalho, motivada por reclamação trabalhista, reconhecendo o descumprimento de normas relativas à duração da jornada laboral dos empregados da Gerdau Aços Longos S.A., localizada em Natal. Após a constatação, foram requisitadas fiscalizações que acabaram por comprovar as irregularidades. De acordo com os relatórios e autos de infração a empresa adota sistema informatizado alternativo de registro de jornada, intitulado "autosserviço", onde os horários de entrada e saída são prémarcados e automaticamente registrados.

Além da indenização por danos morais coletivos, a sentença impõe uma série de obrigações a serem cumpridas pela empresa em âmbito nacional, já que as irregularidades foram constatadas em unidades da Gerdau presentes em outros estados brasileiros.

O descumprimento de qualquer uma das obrigações estabelecidas resultará em multa diária no valor de R\$ 100 mil, por obrigação descumprida. O valor será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Já na Gerdau de Sapucaia do Sul, que fica na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, uma comissão de funcionários, montada pela própria empresa, convocou uma assembleia a pedido de uma juíza do trabalho, para colocar em votação a proposta de abono defendida pela Gerdau. Mesmo com a participação da juíza na assembleia e com a pressão patronal, 90% dos trabalhadores votaram contra a troca do reajuste pelo abono.

Fonte: CNM/CUT



LIGUE

3369.0519 3224.1669

ou acesse

www.sindimetal.org.br

